

da cobertura em 2020 e 2021, com redução mais acentuada da VIP/VOP. A Região Norte apresenta as menores taxas de cobertura vacinal, com 74,1% para Meningocócica C, 79,86% para Pneumocócica e 71,14% para VIP/VOP.

Conclusão: Há uma boa taxa de cobertura para as vacinas MeningoC e Pneumo23 em todo país. Contudo, a VIP/VOP teve as menores taxas de cobertura entre os 3 imunobiológicos analisados. Vale ressaltar que o Norte tem os menores índices de cobertura vacinal, seguido pelo Nordeste. Tal discrepância pode ser contextualizada pelo vasto território de difícil acesso, pelas elevadas taxas de analfabetismo - segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - e também pelas condições socioeconômicas dessas regiões. Logo, faz-se necessário implementar medidas de educação em saúde que estimulem a vacinação, principalmente no Norte e Nordeste, considerando a importância da prevenção dos casos de meningite, pneumonia e poliomielite.

Palavras-chave: Programas de Imunização Cobertura Vacinal Vacinação Obrigatória Esquemas de Imunização

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2023.103085>

ATENDIMENTO ANTI-RÁBICO HUMANO: AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO REALIZADO EM HOSPITAL REFERÊNCIA EM DOENÇAS INFECCIOSAS NO ANO 2022

Georgiana Alvares de Andrade Viana^{a,*},
Djânula de Sousa Victor Braga^a,
Marta Maria Caetano de Souza^b,
Gardenia Mara Oliveira Alves^a

^a Hospital São José (HSJ), Fortaleza, CE, Brasil;

^b Secretaria da Saúde do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Introdução/Objetivo: A Raiva é transmitida ao ser humano através do contato com o vírus presente na saliva do animal infectado. Caracteriza-se como encefalite progressiva e aguda, com letalidade de aproximadamente 100%. A profilaxia com imunobiológicos deve ser iniciada o mais precocemente. Para indicação do uso do soro antirrábico (SAR) deve ser considerado o tipo de exposição e animal agressor. Nos casos de agressões por morcegos e outros mamíferos silvestres o acidente é sempre considerado grave. Em agressões por cães e gatos ou acidentes por animais de produção deve-se avaliar a real necessidade do esquema profilático. Como a procura pela profilaxia da raiva humana é uma demanda significativa na emergência do hospital de referência, foi considerada a importância do trabalho, que objetiva avaliar o atendimento antirrábico humano realizado em um hospital referência em doenças infecciosas.

Metodologia: Pesquisa avaliativa com dados secundários do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) de um hospital de doenças infecciosas no período de janeiro a dezembro de 2022 Resultados Foram registrados 2672 atendimentos antirrábico humano. Desses, 2191 (82%) eram residentes do município de Fortaleza. A faixa etária prevalente foi a maior que 30 anos com 1501 casos (56,2%), e segundo o sexo foram notificados 1402 casos em homens (52,5%) e 1270 casos em mulheres (47,5). Quanto a espécie de animal agressor, 2530 (94,7%) dos agressores foram cães e gatos, 71 (2,7%)

morcegos, 31 (1,4%) silvestres e 33 (1,2%) outras espécies. Houve indicação de SAR em 97,9% dos casos com animais que não eram passíveis de observação e em 30,8% dentre os casos passíveis de observação. Foi verificada incompletude das fichas de investigação, o que compromete a análise de dados referente à condição do animal para fins de conduta.

Conclusão: Conclui-se a necessidade da valorização de informações que são essenciais para indicar o tratamento, e que houve indicação de SAR para casos de animais passíveis de observação, embora o protocolo do Ministério da Saúde (MS) não mostre essa indicação para casos de agressores observáveis, salvo por mudança na condição do animal nos dez dias seguintes à agressão. Cabe uma avaliação mais criteriosa sobre a indicação de tratamento e sobre registro de informações no SINAN a fim de verificar se as condutas estão de acordo com o protocolo do MS ou se a qualidade do preenchimento das fichas de investigação compromete a consistência da informação.

Palavras-chave: Atendimento Anti-Rábico Humano Soro Anti-Rábico Profilaxia

<https://doi.org/10.1016/j.bjid.2023.103086>

AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE, IMUNOGENICIDADE E SEGURANÇA DA SEGUNDA DOSE DE REFORÇO (QUARTA DOSE) DA VACINA CONTRA A COVID-19 EM IDOSOS: ESTUDO REFORÇA MAIS (PLUS BOOSTER)

Marieli Thomazini Piske Garcia^{a,*},
Beatriz Nicoli Ferreira^a, Felipe de Castro Pimentel^a,
Elaina Aparecida Silva Turini^a,
Olindo Assis Martins Filho^b,
Andréa Teixeira de Carvalho^b, Lauro Pinto Neto^c,
Ethel Leonor Noia Maciel^a, Alexandre Naime Barbosa^d,
Nésio Fernandes de Medeiros Junior^a,
Samira Tatiama Myiamoto^a, Luis Carlos Lopes Junior^a,
Valéria Valim Cristo^a

^a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, ES, Brasil;

^b Instituto René Rachou (IRR), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz-Minas), Belo Horizonte, MG, Brasil;

^c Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM), Santa Casa de Misericórdia de Vitória (SCMV), Vitória, ES, Brasil;

^d Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Botucatu, SP, Brasil

Introdução/Objetivo: Um dos grandes desafios da imunização contra a Covid é a menor efetividade das vacinas em idosos devido a imunosenescência. O objetivo foi avaliar a efetividade, segurança e imunogenicidade da segunda dose de reforço em idosos.

Métodos: Estudo observacional, case-crossover, utilizando dados do DATASUS, com registros de notificação e vacinação; e estudo de coorte para a análise de imunogenicidade e segurança. Foi considerado como desfecho a infecção por Covid-19 confirmada pelos métodos de RT-PCR ou teste rápido de antígeno em um período entre 14 e 90 dias após a aplicação da 4ª dose da vacina. Foram recrutados 257 idosos